

Gasto de estatais reduz o superávit fiscal

Alex Ribeiro
de Brasília

As empresas estatais federais registraram déficit em fevereiro e ofuscaram o bom resultado nas contas fiscais obtido pelo resto do setor público. Com isso, o esforço fiscal nos próximos meses deverá ser mais intenso para que seja cumprida a meta de superávit de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) estabelecida pelo governo.

Em fevereiro, as estatais federais registraram déficit primário de R\$ 3,724 bilhões, o valor mais alto observado na atual série estatística do Banco Central, que começa em 1991. Déficits primários ocorrem quando o gasto do governo ou suas empresas — excluindo o pagamento de juros sobre a dívida — ficam acima das receitas.

O déficit das estatais foi compensado pelo bom desempenho do chamado governo central (governo federal, BC e INSS), que registrou superávit de R\$ 4,838 bilhões, recorde na série histórica do BC. Mas, na soma de todo o setor público (União, Estados, municípios

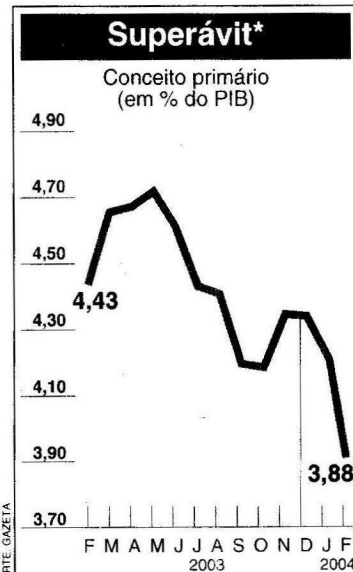
e suas estatais), o resultado de fevereiro foi menos favorável que em anos anteriores. Ficou em R\$ 3,295 bilhões, menos da metade dos R\$ 7,621 bilhões de 2003.

Nos 12 meses encerrados em fevereiro, o superávit primário do setor público atinge 3,88% do PIB. Em fevereiro do ano passado, o indicador estava em 4,35% do PIB. Ou seja: como o superávit está abaixo da meta, o governo será obrigado a economizar mais.

Segundo o analista econômico Maurício Oreng, do Unibanco, esse não é o comportamento típico das contas públicas. Normalmente, afirma, os governos economizam mais no início do ano para, em seguida, liberar os gastos. “Nesse ano será diferente porque temos eleições.”

De fato, o superávit primário foi mais substancial no início de anos anteriores. No primeiro bimestre de 2003, atingiu o equivalente a 6,87% do PIB do período. Um ano antes, em 2002, havia representado 4,24% do PIB bimestral.

Oreng lembra que a legislação



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil *Em 12 meses

veda investimentos públicos no período de 90 dias anterior às eleições. Assim, os gastos devem ser mais intensos nos primeiros meses de 2004, mas depois a economia

fiscal será maior, pois haverá limitações às despesas. “Apesar dos gastos mais fortes no início do ano, tudo indica que o governo será capaz de cumprir a meta anual para o superávit primário.” O analista diz que o “efeito eleições” se fará sentir com maior intensidade nos próximos meses.

Altamir Lopes, chefe do departamento econômico do BC, sustenta que o déficit das estatais em fevereiro não irá se tornar estrutural. “As estatais federais anteciparam o pagamento de dividendos, concentrando-os em fevereiro”, disse Lopes. “Esse foi um evento absolutamente pontual.”

No mês, a distribuição de dividendos somou R\$ 3,3 bilhões. Desse total, R\$ 1,1 bilhão foi diretamente para o caixa do Tesouro Nacional, engordando o resultado do governo federal. Os R\$ 2,2 bilhões restantes, entretanto, foram entregues a investidores privados, causando déficit público.

Lopes diz que as estatais têm uma meta fiscal para o ano e que sempre cumpriram os limites.

“Não vejo uma situação de des- controle nas estatais”, concordou Oreng, do Unibanco.

No mês de fevereiro, a dívida líquida registrou leve recuo. O indicador — que em última instância revela a solvência do setor público —

ficou em 57,6% do PIB, ligeiramente abaixo dos 58% do PIB de um mês antes. A dívida líquida foi favorecida pela inflação mais alta em fevereiro — o IGP-DI atingiu 1,08% —, o que deu uma ligeira inflada no PIB nominal.